



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO - 1º QUADRIMESTRE DE 2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

Processo : TC-003107.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Igarapava

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período
examinado** : 1º quadrimestre de 2020

Prefeito : José Ricardo Rodrigues Mattar

CPF nº : 162.070.128-60

Período : 1º/01/2020 a 30/04/2020

Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR - 17 / DSF – II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização em substituição,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Ricardo Rodrigues Mattar, responsável pelas contas em exame (doc. 01 deste evento).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018
IEG-M	C ↓	C+ ↑
i-Planejamento	C ↓	C ↓
i-Fiscal	C ↓	C+ ↑
i-Educ	C ↓	C+ ↑
i-Saúde	B ↓	B ↓
i-Amb	C ↓	C+ ↑
i-Cidade	C ↑	C ↑
i-Gov-TI	C ↓	B ↑

Obs.: índices do exercício de 2019 pendentes de verificação/validação pela Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses);
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014203.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Cumprir registrar, inicialmente, termos verificado que o Sistema de Controle Interno da Origem foi instituído e regulamentado por intermédio da Lei Municipal nº 738, de 20.12.2016. Constatamos ainda que, por meio da Portaria nº 466/2018, a servidora Luciane Batista Gobbi, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, foi designada como responsável pelo setor.

Ademais, informamos que em atendimento ao art. 74 da Constituição Federal, os respectivos relatórios são redigidos com periodicidade quadrimestral, sendo que no relatório relativo ao período em apreço (doc. 03 deste evento), foram abordadas questões atinentes à gestão orçamentária, à disponibilidade de recursos, à aplicação na saúde e no ensino, à aplicação de recursos do Fundeb, às despesas com pessoal e encargos sociais, à dívida ativa, às transferências de duodécimos à Câmara Municipal, aos repasses à entidades do terceiro setor e às despesas efetuadas mediante dispensas e licitações, sem que fossem efetuados apontamentos ou sugestões ao Prefeito.



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Constatamos também que, além do relatório quadrimestral supramencionado, a Controladoria Municipal providenciou, conforme documentação inserida no doc. 04 deste evento, a notificação de diversos setores da Prefeitura Municipal de Igarapava a fim de que fossem corrigidas ocorrências relativas à rotina de trabalho do Departamento de Compras e Licitações, a contratos firmados, a licitações instauradas, a repasses efetuados, a instabilidades no acesso ao portal da transparência, bem como por pagamento realizado em duplicidade a empresa prestadora de serviços.

Por fim, registramos que, em entrevista com a servidora responsável pelo setor, apuramos que o Controle Interno do Órgão ora fiscalizado está atuando no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia COVID-19 (Comunicado SDG 17/2020).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:

OBRA PARALISADA					
Nº do TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
005995.989.20	R\$ 5.347.088,99	R\$ 1.304.433,79	Mattaraia Eng. Ind. e Com. Ltda	Não informado	Execução de obra de infraestrutura no Distrito Industrial
-	R\$ 371.386,04	R\$ 257.972,85	M.A. Constr. Igarapavense Eireli	Não informado	Reforma e revitalização da Praça Rui Barbosa
-	R\$ 866.575,20	R\$ 382.791,95	Concergi Constr. Máq. e Serviços	Não informado	Serviços de drenagem pluvial
-	R\$ 511.049,51	R\$ 244.849,65	Tecpav Engenharia Ltda	Não informado	Execução de obra de infraestrutura no Distrito Industrial

*Informações disponíveis no Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas do TCESP¹

1

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 25/06/2020.



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Em que pesem os atrasos e paralisações acima descritos, não constatamos inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal².

Ressaltamos, por outro lado, ser imprescindível a adoção, por parte da Administração Municipal, de medidas efetivas para a retomada e conclusão das obras acima relacionadas de forma a viabilizar a prestação do pretendido serviço à população e evitar prejuízos ao erário com desgaste e deterioração das etapas já finalizadas.

Registamos, por fim que, conforme calendário de obrigações do Sistema AudeSP, a Prefeitura Municipal vem atualizando a este Tribunal as informações sobre Obras Paralisadas e/ou Atrasadas.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 28.840.536,67	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 30.405.721,95	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.406.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 2.971.185,28	-10,30%

*Fonte: Relatório de Instrução AudeSP 04/2020 (doc. 05 deste evento)

² Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias. Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Depreende-se, da análise do quadro supra, que a Prefeitura encerrou o primeiro quadrimestre de 2020 com um déficit da execução orçamentária na ordem de R\$ 2.971.185,28, valor este correspondente a 10,30% da receita orçamentária arrecadada no período em apreço.

Considerando a execução orçamentária do período apenas com base na despesa efetivamente liquidada (R\$ 28.640.582,57) e nos repasses de duodécimos efetuados à Câmara Municipal (R\$ 1.406.000,00), também foi apurado déficit na ordem de R\$ 1.206.045,90, montante equivalente a 4,18% da receita orçamentária arrecadada no período.

Cumprir destacar ainda que o Município encerrou o quadrimestre em apreço com um índice de liquidez imediata de 0,35, revelando assim uma insuficiente disponibilidade financeira para honrar seus compromissos de curto prazo equivalente a R\$ 14.411.058,87³ (docs. 15 e 16 deste evento).

No mais, convém mencionar também termos verificado, conforme demonstrativo de restos a pagar, constante no relatório inserido no doc. 17 deste evento, que, ao longo do primeiro quadrimestre de 2020, houve uma redução dos valores devidos a título de restos a pagar aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame.

Segundo apurado, o montante devido em restos a pagar (*processados e não processados*) no início do exercício corrente equivalia a R\$ 9.684.541,44, dos quais apenas 15,20% (R\$ 1.471.775,49) haviam sido efetivamente pagos ao final do quadrimestre sob análise.

Tal situação exige acompanhamento por parte da Origem, de sua execução orçamentária, com a finalidade de, no exercício em análise, alcançar o equilíbrio fiscal, em observância à disposição do artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Face à perspectiva de déficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o município decretou estado de emergência e de calamidade pública por meio dos Decretos nºs 2226, de 14.03.2020 e 2233, de 21.03.2020, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

³ Disponibilidades 04/2020 (R\$ 7.882.280,58) menos Passivo Circulante 04/2020 (R\$ 22.293.339,45);



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas descritas no Relatório de Gestão Fiscal disponível no Sistema Audesp (inserido no doc. 06 deste evento) não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, referentes ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Período	Abr 2019	Ago 2019	Dez 2019	Abr 2020
%Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 40.766.496,13	R\$ 43.432.018,76	R\$ 43.608.285,38	R\$ 42.158.420,49
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 40.766.496,13	R\$ 43.432.018,76	R\$ 43.608.285,38	R\$ 42.158.420,49
Receita Corrente Líquida	R\$ 86.080.362,04	R\$ 86.513.557,67	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	R\$ 86.080.362,04	R\$ 86.513.557,67	R\$ 91.492.591,33	R\$ 91.104.586,04
% Gasto Informado	47,36%	50,20%	47,66%	46,27%
% Gasto Ajustado	47,36%	50,20%	47,66%	46,27%

*Fonte: Relatório de Instrução Audesp 04/2020 (doc. 05 deste evento)

B.1.3. PRECATÓRIOS

O exame do presente item será procedida quando do fechamento das contas de 2020.

/

/

/



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir demonstra a apuração das disponibilidades de caixa frente ao saldo de restos a pagar e empenhos, ambos liquidados, no mês de abril de 2020 que será utilizado para apuração de atendimento ao disposto no artigo 42 da LRF⁴, efetivada ao final da análise das contas do exercício de 2020:

Exercício	2020
Disponibilidades de Caixa em 30.04	R\$ 7.882.280,58
Saldo de Restos a Pagar liquidados em 30.04	R\$ 7.575.527,89
Empenhos liquidados a pagar em 30.04	R\$ 2.693.413,15
Ilíquidez em 30.04	R\$ (2.386.660,46)

**Docs. 15, 17 e 20 deste evento*

A verificação da situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício, revelando uma tendência desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece ser monitorado pela Administração a fim de reverter tal cenário.

B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

⁴ Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

Conforme declaração inserida no doc. 07 deste evento, não foram concedidas alterações remuneratórias durante o período em apreço, cumprindo-se, desta forma, as limitações impostas pelo art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A análise do presente item será oportunamente efetuada a partir do segundo acompanhamento quadrimestral, haja vista a data inicial de 04 de julho prevista pelo art. 73, inc. VI, alínea “b” da Lei Eleitoral para vedação de empenhamento de gastos de publicidade.

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

Conforme declaração inserida no doc. 08 deste evento, firmada pela Responsável pelo Departamento Municipal de Desenvolvimento Social, a Prefeitura, no quadrimestre em análise, não criou novos programas de distribuição gratuita de bens nem de valores.

Por outro lado, no que se refere a benefícios fiscais, a Origem, em razão da crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19 e por meio da edição da Lei Municipal nº 890, de 03.03.2020 e do Decreto Municipal nº 2.262, de 01.05.2020, prorrogou por 60 (sessenta) dias o vencimento dos débitos relativos a IPTU e ISSQN (declaração inserida no doc. 09 deste evento).

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA C: ENSINO
C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	28,22%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	24,44%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	23,26%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	83,76%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	83,76%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	81,02%

**Fonte: Aplicação com Recursos Próprios em Ensino Audesp 04/2020 e Aplicação com Recursos do Fundeb Audesp 04/2020, inseridos nos docs. 10 e 11 deste evento;*

Depreende-se da análise dos quadros supra que a Origem, ao longo do quadrimestre em apreço, empenhou na manutenção e desenvolvimento do ensino, 28,22% de sua receita proveniente de impostos, atendendo assim o mínimo constitucional exigido pelo art. 212, *caput*, da Carta Magna.

No mesmo sentido, constatamos que, em observância à premissa contida no art. 21, da Lei nº 11.494/07, houve a utilização de todo o recurso do Fundeb recebido no período.

Verificamos ainda que a aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica foi superior ao mínimo de 60% do Fundeb recebido, atendendo assim o artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município (declaração inserida no doc. 12 deste evento).



Unidade Regional de Ituverava – UR.17



Ademais, apuramos que a Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão parcial ou total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, o que pode prejudicar o ciclo escolar dos alunos.

Das medidas informadas, destacamos o envio de atividades e de aulas aos alunos por meio de aplicativos de mensagens, a criação de um “blog escolar” e a distribuição de atividades impressas aos alunos que não dispõem de acesso à internet (declaração inserida no doc. 13 deste evento).

C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	27,37%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	26,24%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,47%

**Fonte: Aplicação com Recursos Próprios em Saúde 04/2020 (doc. 14 deste evento)*

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

No período analisado, não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações nem de expedientes.

/

/

/



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No planejamento da fiscalização, não foi selecionado este item para exame neste quadrimestre.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.3. Obras Paralisadas

➤ Em que pese não termos constatado a inobservância ao art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltamos ser imprescindível a adoção, por parte da Administração Municipal, de medidas efetivas para a retomada e conclusão das obras paralisadas e/ou atrasadas de forma a viabilizar a prestação do pretendido serviço à população e evitar prejuízos ao erário com desgaste e deterioração das etapas já finalizadas;

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária

➤ Consideradas as despesas liquidadas, a Prefeitura encerrou o primeiro quadrimestre de 2020 com um déficit da execução orçamentária na ordem R\$ 1.206.045,90, montante equivalente a 4,18% da receita orçamentária arrecadada no período em apreço;

➤ O Município encerrou o quadrimestre em apreço com um índice de liquidez imediata de 0,35, revelando assim uma insuficiente disponibilidade financeira para honrar seus compromissos de curto prazo equivalente a R\$ 14.411.058,87;

➤ Tal situação exige acompanhamento por parte da Origem, de sua execução orçamentária, com a finalidade de, no exercício em análise, alcançar o equilíbrio fiscal, em observância à disposição do artigo 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

➤ Ao longo do primeiro quadrimestre de 2020, houve uma redução dos valores devidos a título de restos a pagar aquém do parâmetro que indique a



**Unidade Regional de
Ituverava – UR.17**



redução integral no exercício em exame;

B.1.4.1.1. Dois últimos quadrimestres

➡ A apuração das disponibilidades de caixa frente ao saldo de restos a pagar e empenhos do Órgão demonstrou um déficit no resultado do período em apreço e no projetado para o exercício, revelando uma tendência desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos e comprometendo, por conseguinte, a execução orçamentária e liquidez financeira do exercício, cabendo à Administração realizar um efetivo monitoramento da sobredita situação a fim reverter tal cenário.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR.17, em 08 de julho de 2020.

Júlio César Coutinho Nahuz

**Júlio César Coutinho Nahuz
Agente da Fiscalização**